LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 7.

O eterno impulso de criar

O que inspira os seres humanos a deixarem sua marca no mundo? A busca por imortalidade? O temor de ser esquecido?

Seja qual for a resposta, esse impulso já existia há dezenas de milhares de anos, conforme atestam pinturas rupestres na ilha Sulawesi, na Indonésia. Uma nova pesquisa, cujos detalhes foram publicados na "Nature", sugere que essas pinturas têm pelo menos 39.900 anos.

Anteriormente, pensava-se que a arte rupestre surgira há no máximo 10 mil anos, porém os pesquisadores usaram uma técnica de datação com urânio para analisar as pinturas de 12 mãos humanas e duas representações figurativas de animais. Conforme explicou o Times, as novas datas "desafiam a antiga opinião" de que a Europa Ocidental era o centro de criatividade naquela época.

Independentemente da origem, a expressão criativa é um elemento central na experiência humana, e três designers de joias recentemente entrevistados pelo Times encamparam a missão de atualizar uma antiga tradição artística.

Amedeo Scognamiglio e Wilfredo Rosado estão transformando uma forma de arte que existe há séculos: esculpir imagens para camafeus em conchas, corais e pedras vulcânicas do Mediterrâneo.

Essa forma de arte antigamente era usada "para representar deuses romanos, animais exóticos, buquês florais ou a aristocracia nobre europeia", observou o Times. Hoje em dia, Scognamiglio vende suas criações, como anéis, colares e fivelas de cintos, em suas lojas em Nova York e Tóquio.

[...]

Para muitos artistas e escritores, a arte de criar não só envolve alma, como também aspectos práticos como prazos a cumprir e perseverança. Conforme escreveu recentemente o colunista David Brooks, do Times, o pensamento imaginativo frequentemente é resultado de rotina e disciplina.

Maya Angelou, por exemplo, que sempre acorda às 6h, fica escrevendo em seu escritório doméstico das 7h até pelo menos a hora do almoço. John Cheever e Anthony Trollope também seguiam rotinas para escrever, citou Brooks. Esses criadores "pensam como artistas, porém trabalham como contadores", comparou ele.

"As pessoas que levam uma vida minuciosa e rotineira são mal consideradas em nossa cultura", comentou Brooks. "No entanto, a vida é paradoxal."

Sem dúvida. A poesia pode vir à mente em instantes fugazes. Mas às vezes a inspiração precisa ter um prazo.

Tess Felder
The New York Times/Folha de S.Paulo, 28/10/2014

1. Neste artigo de Tess Felder, a autora trata de um tema que passa ao largo de muitas discussões contemporâneas sobre o ato criativo, que é

(A) a relação entre o impulso da imaginação e o método formal da manifestação artística.
(B) a datação dos primeiros trabalhos de ordem artística, que se registram em especial na Europa Ocidental.
(C) a influência de uma criação na sociedade na medida em que obras de arte transformam, às vezes para pior, grupos inteiros de determinada nação.
(D) algo que independe de seu tempo e da sociedade, posto que é um fenômeno inato do homem.

2. Quando a autora se refere à manifestação artística como um ponto central na experiência humana. A experiência de artistas contemporâneos entrevistados pela reportagem mostra que

(A) os resultados criativos variam de acordo com o tempo em que são produzidos, pois a História determina os períodos mais criativos da civilização.
(B) nunca deixamos de ser movidos pelo impulso criativo, não importando o tipo de manifestação nem o tempo de sua produção.
(C) artistas surgem de acordo com o espírito dos tempos e muitas vezes se manifestam justamente para serem esquecidos na geração seguinte.
(D) quem determina o que vai de fato permanecer ao longo da História é o seu valor artístico e social, tanto em termos civilizatórios como financeiros.

3. Ao defender a tese de que o ato criativo não é algo que envolve somente a inspiração, a autora do texto sugere que, para muitos artistas,

(A) o conceito de alma é completamente vazio, sendo a produção artística guiada tão somente por elementos concretos, reais e cotidianos.
(B) ter alma significa a base de qualquer concepção de obra de arte.
(C) ter algo mais concreto como um prazo ou um método é fundamental para a concretização de sua arte e até de sua motivação.
(D) alma não existe e o que deve ser privilegiado é a aplicação da inspiração em momentos mais reais da vida, como trabalho e família.

4. O texto afirma em determinado momento que esses criadores “pensam como artistas, **porém** trabalham como contadores”. O termo destacado é uma

(A) preposição, invariável e adversativa.
(B) preposição, variável e adversativa.
(C) conjunção de contrariedade, que liga palavras ou orações, e variável.
(D) conjunção adversativa, que liga palavras ou orações, e invariável.

5. Ao fim do texto, a autora afirma que a poesia pode vir à mente em instantes **fugazes**. Se trocássemos o termo destacado por um sinônimo teríamos:

(A) inexoráveis.
(B) permanentes.
(C) vagarosos.
(D) efêmeros.

6. Um dos artistas citados pela reportagem afirma que a vida é paradoxal. Se a vida não fosse paradoxal, e fosse exatamente o contrário disto, ela seria

(A) contraditória.
(B) coerente.
(C) sem nexo.
(D) incoerente.

7. “Às vezes a inspiração precisa ter um prazo”, conclui o texto. Assinale a alternativa em que há o uso correto do acento grave indicador de crase, como na frase citada.

(A) Dirigiu-se àquele grupo mais à esquerda da sala.
(B) Entregou às chaves do carro à Ricardo na garagem.
(C) Débora ficou cara à cara com uma dura realidade.
(D) O grupo voltou à contemplar a lua no fim da noite.

Leia as frases abaixo para responder às questões de 8 a 10.

I. Margarete simpatiza muito com Alexandre.
II. A pesquisa científica foi realizada há doze anos.
III. Débora namorava secretamente com Ricardo.

8. É correto o que se afirma em

(A) I.
(B) II.
(C) I e II.
(D) II e III.

9. Ao reescrever as frases, elas estariam corretas em:

(A) Margarete simpatisa muito com Alexandre.
A pesquisa científica foi realizada há doze anos.
Débora namorava secretamente Ricardo.
(B) Margarete simpatiza muito com Alexandre.
A pesquisa científica foi realizada há doze anos.
Débora namorava secretamente Ricardo.
(C) Margarete simpatiza muito com Alexandre.
A pesquisa científica foi realizada a doze anos.
Débora namorava secretamente com Ricardo.
(D) Margarete simpatiza muito por Alexandre.
A pesquisa científica foi realizada à doze anos.
Débora namorava secretamente Ricardo.

10. Ainda em relação às frases, a

(A) terceira apresenta erro de regência verbal.
(B) segunda apresenta erro de verbo e crase.
(C) primeira apresenta erro de ortografia.
(D) primeira apresenta erro de regência verbal.

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIDADES

11. A enfermeira americana Nina Pham estava em quarentena e teve alta, depois de ter contraído uma doença cuja epidemia vem matando centenas de pessoas. Ela estava com

(A) malária.
(B) febre aftosa.
(C) ebola.
(D) dengue.

12. Atualmente, tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei que discutem a ampliação de uma licença a que os trabalhadores têm direito. Estes projetos visam

(A) aumentar a licença paternidade entre 15 e 30 dias.
(B) dar para os pais adotivos a licença maternidade e paternidade de 120 dias.
(C) aumentar para 30 dias a licença médica coberta pelo empregador.
(D) aumentar a licença paternidade para 60 dias, metade da licença maternidade.

13. A legislação de trânsito teve algumas mudanças que passaram a vigorar a partir do dia 1º de novembro, elevando o valor de multas em até 900%. Estas alterações no valor das multas são aplicáveis para condutores que

(A) ultrapassarem farol vermelho.
(B) dirigirem em velocidade 10% acima da permitida na via.
(C) não estiverem portando a CNH ou que estiverem conduzindo veículo de categoria diferente da que é habilitado.
(D) infringirem as normas de ultrapassagem segura ou que participarem de rachas.

14. A paquistanesa Malala Yousafzai ganhou neste ano o Prêmio Nobel da Paz por lutar desde pequena

(A) pela diversidade sexual de jovens paquistaneses.
(B) pelo direito de as meninas irem à escola no Paquistão.
(C) pelo direito de as mulheres do Paquistão poderem trabalhar e sustentar uma família.
(D) pelo fim do trabalho infantil no mundo todo.

15. O voo de Virgin que sofreu o acidente, o de número 35 da SpaceShipTwo, que foi projetada para oferecer voos suborbitais a turistas, era o primeiro que utilizava um novo tipo de combustível para foguetes.
No mês passado, a nave SpaceShipTwo, da Virgin Galactic, caiu após um voo de teste no deserto de Mojave, na Califórnia. Este não foi o primeiro acidente da empresa, cujo projeto é

(A) realizar viagens de turismo espacial.
(B) explorar outros planetas.
(C) identificar vidas extraterrestres.
(D) ser uma espécie de universidade para novos astronautas.

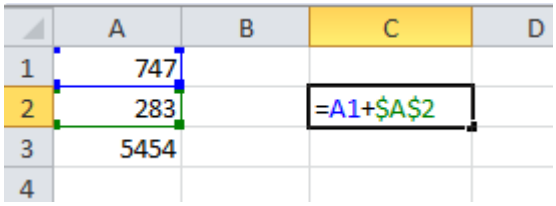
CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

16. Observe a figura abaixo.

No MS Office Word 2010, ela se refere à seguinte funcionalidade:

(A) Referências.
(B) Estilo.
(C) Exibição.
(D) Inserir Legenda.

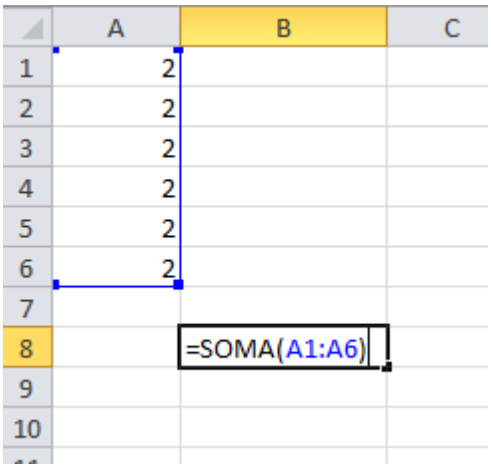
17. Observe a figura abaixo.



No MS Office Excel, para aplicar uma referência absoluta, como ilustrado na célula C2, é necessário selecionar na fórmula a célula que deve servir de referência e clicar na tecla

(A) F1.
(B) F2.
(C) F3.
(D) F4.

18. Observe a figura abaixo extraída do Microsoft Office Excel 2010.



Sobre a fórmula apresentada na célula B8, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O caracter **:** indica que o cálculo deve ser feito utilizando-se todas as células no intervalo de A1 até A6.
(B) O cálculo será feito somente com os valores indicados nas células A1 e A6.
(C) A fórmula poderia ser substituída por **=A1+A2+A3+A4+A5+A6** sem que houvesse alteração no resultado do cálculo.
(D) Sem a palavra SOMA, o cálculo não seria possível.

19. Quando se está navegando no Internet Explorer, é possível abrir uma nova janela por meio das teclas de atalho

(A) Ctrl+N.
(B) Ctrl+O.
(C) Shift+D.
(D) Shift+L.

20. Sobre o Windows 2007, assinale a alternativa correta.

(A) O WordPad permite criar tabelas, rodapé nas páginas, cabeçalho e mala direta, porém não permite que se insira imagens.
(B) O painel de controle agrupa somente itens de configuração de sons, vídeo, aparência, data, hora e idioma.
(C) Ao navegar por alguma pasta, é possível visualizar os arquivos somente de 3 maneiras diferentes: ícones pequenos, lista e detalhes.
(D) O Windows Explorer pode exibir a estrutura hierárquica de arquivos, pastas e unidades no computador.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que concerne à usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O título de domínio deve ser conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
(B) O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido na lei, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.
(C) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano deve ser declarada pelo juiz, mediante sentença, que servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.
(D) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até mil metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

22. Assinale a alternativa em que se encontram presentes os elementos vinculados do ato administrativo.

(A) Motivo, finalidade e forma.
(B) Forma, finalidade e competência.
(C) Objeto, competência e finalidade.
(D) Motivo, objeto e competência.

23. Em conformidade com as disposições legais aplicáveis à ação popular, pode ser afirmado que

(A) são anuláveis os atos lesivos ao patrimônio das entidades públicas integrantes da administração direta nos casos de vício de forma.
(B) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
(C) a ação popular prescreve em 3 (três) anos.
(D) a prova da cidadania, para ingresso em juízo, deverá ser feita com a certidão de nascimento ou documento de identidade que prove a nacionalidade brasileira do autor da ação popular.

24. **NÃO** integra a competência do Tribunal de Contas da União

(A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
(B) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
(C) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
(D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

25. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

(A) do Procurador-Geral da República.
(B) de mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
(C) do Presidente da República.
(D) de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

26. Compete privativamente à Câmara dos Deputados, dentre outras atribuições,

(A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
(B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e Diretores do Banco Central.
(C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
(D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

27. Compete ao Conselho Nacional de Justiça, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura,

(A) elaborar mensalmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
(B) representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
(C) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de um ano.
(D) processar e julgar, originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado e o Distrito Federal.

28. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o(a)

(A) Mesa da Câmara de Vereadores.
(B) Procurador-Geral de Justiça.
(C) partido político com representação na Assembleia Legislativa.
(D) Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

29. Pertencem ao Município

(A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais.
(B) sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município.
(C) trinta por cento do produto da arrecadação do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestação de serviço de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.
(D) setenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.

30. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

(A) desapropriação.
(B) trânsito e transporte.
(C) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
(D) populações indígenas.

31. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, posteriormente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
(B) Entidade de classe de âmbito nacional está legitimada à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e para a ação declaratória de constitucionalidade.
(C) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão de metade dos seus membros, aprovar súmula que, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
(D) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, e em todos os processos de competência do Superior Tribunal de Justiça.

32. A assertiva “a Constituição Federal da República garante a necessária tutela estatal aos conflitos ocorrentes na vida em sociedade”, refere-se ao princípio constitucional do processo civil do(a)

(A) lealdade processual.
(B) juiz natural.
(C) inafastabilidade da jurisdição.
(D) duplo grau de jurisdição.

33. **NÃO** se reputa litigante de má-fé aquele que venha a:

(A) interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.
(B) provocar incidentes manifestamente infundados.
(C) opor resistência injustificada ao andamento do processo.
(D) deduzir pretensão ou defesa contra fato controverso.

34. **NÃO** há de se falar em conflito de competência quando:

(A) surgir entre dois ou mais juízes controvérsia acerca da reunião de processos.
(B) houver ocorrido a prevenção.
(C) dois ou mais juízes se declaram competentes.
(D) surgir entre dois ou mais juízes controvérsia acerca da separação de processos.

35. É competente o foro do(a)

(A) domicílio do credor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
(B) residência dos filhos, para a ação de divórcio, e para a anulação de casamento.
(C) lugar do ato ou fato para a ação de reparação do dano.
(D) domicílio ou da residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos.

36. Verifica-se a suspeição de parcialidade do juiz, quando este

(A) tiver participado como mandatário da parte ou prestado depoimento como testemunha.
(B) em primeiro grau de jurisdição, tiver proferido sentença ou decisão.
(C) for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
(D) for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.

37. A respeito da participação do Ministério Público no processo civil, pode ser afirmado que

(A) o órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
(B) o Ministério Público poderá exercer o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, poderes e ônus diferenciados das partes.
(C) não compete ao Ministério Público intervir nas causas concernentes ao estado da pessoa, declaração de ausência e disposições de última vontade.
(D) não compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.

38. O prazo processual é contado

(A) ininterruptamente, não se suspendendo nas férias.
(B) de forma ininterrupta.
(C) de forma a não computar os feriados.
(D) de forma a excluir de seu cômputo os sábados e domingos.

39. Considera-se bem imóvel para os efeitos legais o(a)

(A) direito pessoal de caráter patrimonial e as respectivas ações.
(B) direito à sucessão aberta.
(C) energia que tenha valor econômico.
(D) material destinado a alguma construção, enquanto não for empregado.

40. Para fins de Ação Popular, a lesividade é presumida na na hipótese de

(A) operação de redesconto quando sob qualquer aspecto, inclusive o limite de valor, desobedecer a normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.
(B) concessão do serviço público, quando no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições, que viabilizem o seu caráter competitivo.
(C) operação bancária ou de crédito real, quando o valor real do bem dado em hipoteca ou penhor for superior ao constante de escritura, contrato ou avaliação.
(D) compra e venda de bens móveis ou imóveis, nos casos em que não cabível concorrência pública ou administrativa, quando o preço de compra dos bens for inferior ao corrente no mercado, na época da operação.

41. **NÃO** se apresenta como princípio da Política Nacional do Meio Ambiente o(a)

(A) educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
(B) compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do ambiente e do equilíbrio ecológico.
(C) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
(D) controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras.

42. Dentre os objetivos da política nacional do meio ambiente, encontra-se a

(A) imposição ao predador, da obrigação de indenizar, mas não recuperar, os danos causados ao meio ambiente.
(B) imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar os danos causados ao meio ambiente, embora não haja a mesma obrigação quanto à indenização por danos causados.
(C) abertura de mercado para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias internacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais.
(D) definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e aos equilíbrio ecológico, atendidos os interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

43. No que se refere ao Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

(A) Quanto à periculosidade, os resíduos perigosos podem ser identificados como os decorrentes de limpeza urbana.
(B) Em relação aos resíduos de serviços de transportes não se incluem os oriundos de terminais alfandegários.
(C) É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização.
(D) Quanto à origem, os resíduos domiciliares são aqueles decorrentes dos serviços públicos de saneamento básico.

44. A degradação ambiental pode ser fruto de determinadas práticas, atividades, eventos ou acontecimentos. Assinale a alternativa que **NÃO** se classifica como causa de degradação ambiental.

(A) Uso intensivo do solo para fins agropecuários.
(B) Desmatamento.
(C) Mineração.
(D) Queimadas decorrentes de fatores climáticos.

45. O licenciamento ambiental

(A) é dispensável quando se tratar de impactos ambientais insignificantes.
(B) dispensa regulamentação legal.
(C) pode ser considerado como um instrumento de gestão ambiental.
(D) não se apresenta como um instrumento de política nacional do meio ambiente.

46. O conceito de desenvolvimento sustentável considera o componente

(A) territorial, apenas.
(B) ambiental, inclusive.
(C) político, exclusivamente.
(D) econômico, exclusivamente.

47. No que concerne à organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) A lei deve criar varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
(B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, excluídos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, e dos Municípios.
(C) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal.
(D) À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho cabe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

48. A respeito da Ordem Tributária estabelecida pela Constituição Federal da República, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
(B) Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
(C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
(D) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

49. As contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico

(A) não poderão incidir sobre serviços.
(B) poderão ter alíquotas *ad valorem,* tendo por base a unidade de medida adotada.
(C) poderão ter alíquotas específicas, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.
(D) deverão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.

50. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado aos Municípios

(A) cobrar impostos em exercício financeiro ulterior em que haja sido publicada a lei que os aumentou.
(B) instituir taxas sobre templos de qualquer culto.
(C) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
(D) instituir taxas sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

51. A respeito do tema da repartição das receitas tributárias, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A União deve entregar, do produto da arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados, trinta por cento às unidades federativas, sendo, dez por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
(B) É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.
(C) Os Municípios devem divulgar, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio.
(D) A União deve entregar, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento às unidades federativas, sendo, um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

52. Integram o sistema tributário municipal, dentre outros, os impostos sobre

(A) a comercialização de terras devolutas.
(B) a propriedade de veículo automotor.
(C) os serviços de qualquer natureza.
(D) a propriedade territorial rural.

53. Configura crime funcional próprio o(a)

(A) usurpação de função pública.
(B) tráfico de influência.
(C) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
(D) denunciação caluniosa.

54. É permitido aos Municípios:

(A) utilizar tributo com efeito de confisco, no caso de desapropriação de imóvel urbano que não cumpre a função social.
(B) cobrar tributos relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
(C) cobrar tributos no exercício financeiro ulterior em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
(D) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

55. Constitui crime contra a ordem tributária

(A) fraudar preços por meio de aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços.
(B) sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.
(C) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
(D) elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.

56. Constitui crime contra as finanças públicas

(A) propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
(B) deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
(C) deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.
(D) ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.

57. No crime de falso testemunho ou falsa perícia,

(A) as penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
(B) as penas aplicam-se em dobro se o falso testemunho ou falsa perícia se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado.
(C) o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
(D) fica isento de pena se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso.

58. Apresenta-se como fonte formal autônoma do Direito do Trabalho o(a)

(A) acordo coletivo entre empregadores e sindicatos.
(B) sentença normativa.
(C) arbitragem no dissídio coletivo.
(D) pressão dos trabalhadores em busca de melhores condições de emprego.

59. **NÃO** integra o rol das características inerentes à relação de trabalho o(a)

(A) trabalho por pessoa física.
(B) eventualidade.
(C) onerosidade.
(D) alteridade.

60. A respeito do aviso prévio, pode ser afirmado que

(A) deve ser realizado com prazo mínimo de 30 dias para contratos que tenham até dois anos de vigência.
(B) o pagamento devido pela empresa nas verbas rescisórias do empregado, deve corresponder ao último salário recebido pelo trabalhador, sendo que o valor das horas extraordinárias realizadas com habitualidade não integra o aviso prévio indenizado.
(C) sua falta por por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida a integração desse período no seu tempo de serviço.
(D) caso a rescisão do contrato tiver sido promovida pelo empregador, o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, deve ser reduzido de 4 (quatro) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.